

Márcia Fzubs

**GRUPO DE AMIGOS AVÓS E NETOS DA FREGUESIA DAS
LAPAS**

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANO 2018



1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE

Grupo de Amigos Avós e Netos da Freguesia das Lapas

Estatuto de IPSS conforme publicação no DR – III série de 25 de Fevereiro de 2002

1.2. SEDE

Rua José Mota e Silva, 1 – A Lapas – Torres Novas

1.3. NATUREZA DA ACTIVIDADE

A entidade dedica-se ao apoio à família, idosos, dependentes e suas crianças, na protecção dos cidadãos na velhice e invalidez, no apoio infantil e jovem e em todas as situações de falta ou de diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações Financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o sistema de Normalização Contabilística, tendo sido adoptada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), de acordo com o Decreto-Lei nº 36 A/2011, de 9 de Março, alterado pela Portaria nº 220/2015, de 24 de Julho.

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

-Pressuposto da continuidade

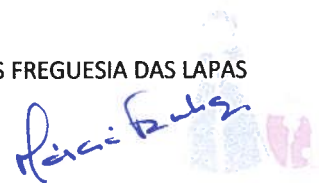
As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas “Credores por acréscimos de gastos”.

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.



- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2018, são comparáveis, com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31-12-2017.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o seguinte:

- Activos Fixos Tangíveis e Propriedades de Investimento

Os activos fixos tangíveis e propriedades de investimento encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para a classe de activos.

A vida útil dos bens e as correspondentes taxas máximas de depreciação encontram-se definidas no DR nº 25/2009 de 14 de Setembro.

- Inventários

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. As matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

- Caixa e Depósitos Bancários

Este item inclui os valores em caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários.

- Clientes e Outros Valores a Receber

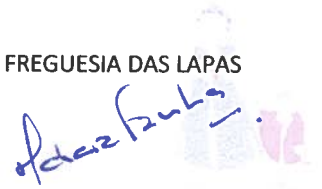
As contas de "Clientes e Outros Valores a Receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal.

- Fornecedores e Outras Contas a Pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal.

- Financiamentos Bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal líquido de comissões, com a emissão desses empréstimos.



- Rédito e Regime do Acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da entidade. Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços, no fim do período a que dizem respeito.

- Subsídios do Governo e Apoios do Governo

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

A entidade beneficiou apenas de subsídios à exploração. Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

- Imposto sobre o Rendimento

A entidade é sujeito passivo de IRC. Contudo, conforme a alínea b) do nº 1 do artº 10 do CIRC, este tipo de entidades estão isentas de IRC.

4 – Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não aplicável

5 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

5.1. QUANTIAS ESCRITURADAS E DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS NO INÍCIO E FIM DO PERÍODO

Os activos fixos tangíveis foram depreciados de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	NÚMERO DE ANOS
Edifícios e Outras Construções	10 a 50
Equipamento Básico	7 a 20
Equipamento Transporte	4 a 6
Equipamento Administrativo	3 a 10
Outros Activos Fixos Tangíveis	4 a 14

A vida útil dos bens e as correspondentes taxas máximas de depreciação encontram-se definidas no DR nº 25/2009 de 14 de Setembro. Para o exercício de 2018, foram utilizadas as taxas mínimas de depreciação.



Activos Fijos Tangíveis	SITUAÇÃO INICIAL			SITUAÇÃO FINAL		
	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e Recursos Naturais	91,450.00€	-----	91,450.00€	91,450.00€	-----	91,450.00€
Edifícios e Outras Construções	134,560.19 €	53,895.27 €	80,664.92 €	134,560.19 €	58,380.71 €	76,179.48 €
Equipamento Básico	32,589.38 €	31,432.40 €	1,156.98 €	33,414.40 €	31,746.66 €	1,667.74 €
Equipamento Transporte	59,330.00 €	19,841.15 €	39,488.85 €	59,330.00 €	26,069.90 €	33,260.10 €
Equipamento Administrativo	3,627.90 €	2,997.54 €	630.36 €	3,627.90 €	3,207.75 €	60.15 €
Outros Activos Fijos Tangíveis	5,146.70 €	3,887.42 €	1,259.28 €	5,636.94 €	4,036.08 €	1,600.86 €
Total	326,704.17 €	112,053.78 €	214,650.39 €	328,019.43 €	123,441.10 €	204,578.33 €

Propriedades de Investimento	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades Acumuladas	Quantia Escriturada
	Terrenos e Recursos Naturais	12,500.00 €	-----	12,500.00 €	12,500.00 €	-----
Edifícios e Outras Construções	37,500.00 €	3,562.50 €	33,937.50 €	37,500.00 €	3,937.50 €	33,562.50 €
Total	50,000.00 €	3,562.50 €	46,437.50 €	50,000.00 €	3,937.50 €	46,062.50€

Neste exercício foram feitos pequenos investimentos, nomeadamente a aquisição de 3 cadeiras de rodas e de uma arca congeladora.

6. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Não Aplicável

7. LOCAÇÕES

Não Aplicável

8. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS

8.1. DIVULGAÇÕES SOBRE POLÍTICA CONTABILÍSTICA ADOPTADA NOS CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

A entidade celebrou em Dezembro de 2015, um “acordo de empréstimo”, com um particular no montante de 30,000.00 € para aquisição da viatura adaptada a pessoas com mobilidade reduzida. Este empréstimo está isento de juros e o plano de amortização baseia-se numa entrega mensal de 400.00 €, podendo ser superior, caso haja por parte da IPSS, condições financeiras para tal. Foi o que aconteceu



no exercício de 2018. Desta forma desde o início do acordo de empréstimo até 31/12/2018, a entidade conseguiu amortizar cerca de 20 950.00 €, sendo o valor final por amortizar de 9,050.00 €, conforme quadro abaixo:

Descrição	Valor Contratual do Empréstimo	Valor Corrente do Empréstimo	Valor não Corrente do Empréstimo	Juros Financiamento Suportados no Período	Juros Financiamento Suportados em 2018
Empréstimo concedido por terceiros	30,000.00 €	-----	9, 050.00 €	-----	-----

8.2. A QUANTIA DE CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS CAPITALIZADA DURANTE O PERÍODO E A RESPECTIVA TAXA DE CAPITALIZAÇÃO USADA

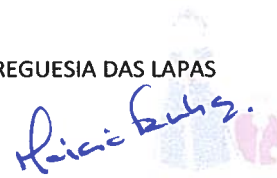
Não aplicável

9. INVENTÁRIOS

9.1. QUANTIA TOTAL ESCRITURADA DE INVENTÁRIOS E QUANTIA DE INVENTÁRIOS RECONHECIDA COMO UM GASTO

As matérias-primas encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. Não há registo de imparidades. Dada a inexistência de stock inicial e final de matérias-primas, o custo das matérias-primas encontra-se no quadro abaixo:

Apuramento do Custo das Merc. Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC)	Matérias Primas e Subsidiárias Período	Matérias Primas e Subsidiárias Ano 2017
Inventários iniciais	0.00 €	0.00 €
Compras	41,812.59 €	38,894.34 €
Reclassificação e regularização de inventários	817.22 €	0.00 €
Inventários finais	0.00 €	0.00 €
TOTAL CMVMC	42,629.81 €	38,894.34 €



10. RÉDITO

10.1. QUANTIAS DAS RUBRICAS SIGNIFICATIVAS DE RÉDITO RECONHECIDAS DURANTE O PERÍODO

O rédito apresenta os seguintes valores:

RUBRICAS	VALOR PERÍODO	VALOR ANO 2017
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	112,055.02 €	99,553.77 €
TOTAL	112,055.02 €	99,553.77 €

11. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

Não aplicável

12. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

12.1. NATUREZA E EXTENSÃO DOS SUBSÍDIOS DO GOVERNO RECONHECIDOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A IPSS beneficiou de subsídios à exploração atribuídos pelas seguintes entidades estatais:

- Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP);
- Instituto da Segurança Social (ISS, IP), ao abrigo do protocolo de participações destinadas às várias valências da Instituição.

Verificaram-se várias candidaturas a programas/medidas de apoio do IEFP, nomeadamente:

- Contrato emprego-Inserção – CEI;
- Emprego Apoiado em Mercado Aberto
- Estágios Profissionais

Para as referidas candidaturas, em 2018, foram aprovados os seguintes valores:

PROGRAMAS/MEDIDAS DE APOIO IEFP	VALOR APROVADO	FUNCIONÁRIOS ADMITIDOS
Estágios Profissionais	5,036.22 €	Pedro Natário
Contrato emprego-Inserção – CEI;	1,029.36 €	Sivanilda Silva e M ^a Luísa Silveira
Emprego Apoiado em Mercado Aberto	4,965.38 €	Ana Simão

**Valores dos subsídios imputados ao exercício de 2018:**

DESCRIÇÃO	VALOR IMPUTADO AO PERÍODO		VALOR ANO 2017	
	<i>IEFP</i>	<i>ISS, IP</i>	<i>IEFP</i>	<i>ISS, IP</i>
Subsídios à Exploração	15,088.99 €	82,997.14 €	9,149.52 €	82,484.70 €

A repartição por resposta social e actividade/protocolo, do valor total de subsídios atribuídos pelo Instituto da Segurança Social (ISS), encontra-se discriminada na demonstração de resultados por resposta social. Devido à crescente quebra do apoio do ISS às cantinas sociais, que se tem verificado desde o ano de 2016, este acabou por terminar em Agosto de 2018.

Não houve registo de subsídios ao investimento.

13. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Não Aplicável

14. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Não Aplicável

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Instrumentos Financeiros mensurados ao custo menos as perdas por imparidade (caso existam):

- clientes e utentes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar e empréstimos bancários.

Em relação a Investimentos financeiros, a entidade possui uma aplicação na Caixa de Crédito Agrícola no valor de 500.00 €. Este investimento encontra-se mensurado ao justo valor.

A rubrica investimentos financeiros, apresenta em 2018:

- as retenções efectuadas para o Fundo de Reestruturação do Sector Solidário (FRSS). Esta rubrica apresenta o valor de 77.27 €, que transitou do ano de 2015.

Este fundo, conforme o DL nº 165-A/2013 de 23 de Dezembro "...é um fundo autónomo, com personalidade jurídica (...) destina-se a apoiar a reestruturação e a sustentabilidade económica e financeira da IPSS, permitindo a manutenção do regular desenvolvimento das respostas e serviços prestados". Estas



retenções são feitas mensalmente sobre o valor pago nos acordos de cooperação com o ISS (Instituto Segurança Social).

- as retenções para o “Fundo Compensação de Trabalho” (FCT). Este fundo foi criado pela Lei nº 70/2013 de 30 de Agosto e consiste, no caso da contratação de novos colaboradores, na entrega mensal de uma percentagem sobre o vencimento base e diuturnidades, com o objectivo de mais tarde, no caso das indemnizações por despedimento de funcionários, a entidade poder recorrer a este fundo.

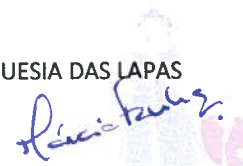
16. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

16.1. PESSOAL AO SERVIÇO DA INSTITUIÇÃO E HORAS TRABALHADAS

O número médio de pessoas ao serviço durante o período de 2018, foram de 13 pessoas, conforme se discrimina no quadro seguinte:

DESCRIÇÃO	Nº MÉDIO DE PESSOAS	Nº DE HORAS TRABALHADAS	Nº MÉDIO DE PESSOAS PERÍODO ANTERIOR	Nº DE HORAS TRABALHADAS PERÍODO ANTERIOR
PESSOAS AO SERVIÇO DA ENTIDADE				
Pessoas remuneradas	13	21 434	10	16 212
Pessoas não Remuneradas	5	1 250	5	1 241
PESSOAS AO SERVIÇO DA ENTIDADE POR TIPO DE HORÁRIO				
Pessoas a tempo completo (das quais pessoas remuneradas)	13	21 434	10	16 212
Pessoas a tempo parcial (das quais pessoas remuneradas)	----	----	----	----
PESSOAS AO SERVIÇO DA ENTIDADE POR SEXO				
Masculino	2	2 250	1	248
Feminino	16	20 434	14	17 204
PRESTADORES DE SERVIÇO	1	4	1	5
PESSOAS COLOCADAS POR AGÊNCIAS DE TRABALHO TEMPORÁRIO	----	----	----	----

Do exercício de 2017 para o exercício de 2018, verificou-se um aumento no número médio de “pessoas remuneradas ao serviço da entidade”. Tendo em conta as necessidades da Instituição, ao longo deste exercício, verificaram-se novas contratações a tempo inteiro – Pedro Natário, através de um estágio profissional e da Ana Simão através da medida emprego apoiado em mercado aberto, bem como a renovação do contrato a termo da Virgínia Faustino. Foram também contratadas mais duas



colaboradoras, em Dezembro, ao abrigo do programa contrato emprego-inserção (CEI) - Sivanilda Silva e M^a Luísa Silveira. Permaneceram em 2018, as duas baixas médicas das colaboradoras Júlia Alves e Verónica Dinis.

A tempo parcial, a Instituição contou com o apoio e contributo, de cinco elementos da Direção, evidenciado no quadro acima na rubrica “pessoas não remuneradas ao serviço da entidade”.

16.2.BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS E ENCARGOS DA ENTIDADE

Os gastos com o pessoal, repartiram-se da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	VALOR DO PERÍODO	VALOR ANO 2017
TOTAL GASTOS COM O PESSOAL	135,455.07 €	113,717.78 €
REMUNERAÇÕES AO PESSOAL	111,474.46 €	94,190.21 €
ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES	19,664.86 €	16,365.56 €
SEG. DE ACID. DE TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	1,536.40 €	1,195.61 €
GASTOS DE ACÇÃO SOCIAL	0.00 €	263.50 €
OUTROS GASTOS COM O PESSOAL	1,593.00 €	259.92 €
RELATÓRIO ÚNICO	1,186.35 €	1,442.98 €

A alteração do nº médio de colaboradores ao serviço, implicou um aumento dos gastos com o pessoal. Este aumento reflecte a actualização dos vencimentos verificada em Outubro, cujos retroactivos foram processados em Dezembro, bem como, a actualização das funções de algumas colaboradoras. A rubrica “relatório único”, incluem os gastos com formação de pessoal, consultas de medicina no trabalho e aquisição de equipamento de protecção para o pessoal (luvas, aventais, etc.).

16.3.OUTRAS DIVULGAÇÕES

Os órgãos directivos são constituídos por oito elementos não remunerados, não tendo ocorrido alterações no período de relato financeiro.

17. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS**17.1. DECOMPOSIÇÃO E MOVIMENTO DOS FUNDOS PATRIMONIAIS**

DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	DÉBITOS	CRÉDITOS	SALDO FINAL
FUNDO SOCIAL	58,352.67	0.00 €	0.00 €	58,352.67
RESULTADOS TRANSITADOS	131,411.31 €	0.00 €	19,672.57 €	151,083.88 €
OUTRAS VARIACÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	6,540.77 €	0.00 €	0.00 €	6,540.77 €
TOTAL	196,304.75 €	0.00 €	19,672.57 €	215,977.32 €

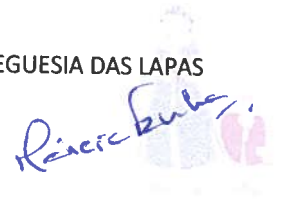
Foi deliberado, com a aprovação das contas do exercício de 2017, transferir o respetivo resultado líquido positivo no valor de 19 672.57 € para a rubrica de “resultados transitados”.

18. OUTRAS INFORMAÇÕES**18.1. INDICAÇÃO DO NÚMERO MÉDIO DE UTENTES POR RESPOSTA SOCIAL (VALÊNCIA), NO EXERCÍCIO:**

RESPOSTA SOCIAL	Nº UTENTES (com extra acordo)	ACORDOS COM O ISS
	Ano 2018	Ano 2018
Centro Dia	6	14
Centro de Convívio	---	11
Serviço de Apoio Domiciliário	2	18
ACTIVIDADES/PROTOCOLOS		
Cantinas Sociais	---	---

18.2. PRINCIPAIS DOADORES/FONTES DE FUNDOS

DONATIVOS EM DINHEIRO/ESPÉCIE		
	ANO 2018	ANO 2017
Em Dinheiro		
Particulares	2,555.00 €	2,601.27 €
Outras Entidades	2,759.00 €	1,750.02 €
Em espécie		
Outras Entidades	837.22 €	213.00 €
TOTAL	6,151.22 €	4,564.29 €



O Valor total de donativos aumentou, relativamente ao ano anterior.

O valor de donativos de “particulares”, incluem o montante de 500.00 € da doadora benemérita Dr^a Jacinta Trincão, os quais foram deduzidos ao crédito existente desta doadora sob a Instituição.

18.3. RESTITUIÇÃO IVA/CONSIGNAÇÃO IRS/IVA

Neste exercício a entidade beneficiou, em termos de restituição de 50% do IVA suportado com aquisição de alimentação e bebidas os seguintes valores, para os períodos indicados:

ANO 2018		
PERÍODO PEDIDO	Total IVA Suportado	Valor Restituído (50%)
Janeiro a Abril de 2017	857.04 €	428.52 €
Mai e Junho de 2017	563.61 €	281.81 €
Julho a Dezembro 2017	2,115.49 €	1,057.73 €
Janeiro de 2018	225.84 €	112.92 €
	TOTAL	1,880.98 €

Em termos de consignação de IRS/IVA, neste caso referente ao ano de 2016, foram transferidos os seguintes valores:

Consignação IRS	Consignação IVA
3,205.82 €	328.07 €

18.4. IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) E ADICIONAL IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (AIMI)

A Instituição foi notificada em 2018 pela AT, relativamente à perda do benefício fiscal de isenção do IMI dos últimos quatro exercícios. Estes valores estão reflectidos na rubrica “correções de exercícios anteriores”, com o montante total de 14 856.10 €. Os valores do IMI e AIMI de 2018, de 4 699.12 €, estão contabilizados na rubrica de “impostos diretos”. Neste exercício, os valores em causa, tiveram um impacto negativo sobre o resultado líquido da Instituição.

18.5. DISCRIMINAÇÃO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	9,157.33 €	8,128.76€
Trabalhos especializados	5,161.73 €	4,251.80 €
Publicidade e propaganda	199.26 €	146.37 €
Vigilância e segurança	0.00 €	0.00 €
Honorários	48.54 €	0.00 €
Conservação e reparação	3,633.30 €	3,631.59 €
Outros	114.50 €	99.00 €
Materiais	2,882.49	2,442.22 €
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1,963.64 €	1,797.42 €
Artigos para Oferta	0.00 €	39.90 €
Material de escritório	918.85 €	604.90 €
Energia e fluidos	15,160.20 €	14,918.47 €
Eletricidade	5,428.45 €	4,884.01 €
Combustíveis	7,619.24 €	8,427.83 €
Água	2,112.51 €	1,606.63 €
Deslocações, Estadas e Transportes	38.75 €	5.40 €
Portagens e Estacionamento	38.75 €	5.40 €
Serviços diversos	8,213.40 €	8,822.76 €
Rendas e alugueres	889.56 €	1,489.56 €
Comunicação	597.00 €	532.46 €
Contencioso e Notariado	42.00 €	65.00 €
Seguros	1,000.87 €	956.36 €
Limpeza, higiene e conforto	5,268.09 €	5,521.75 €
Outros serviços	415.88 €	257.63 €
Total	35,452.17 €	34,317.61 €

A Presidente da Direcção

Contabilista Certificado nº 15381